

CARTA DE GURUPÁ

Nos últimos cinco anos várias comunidades rurais vêm desenvolvendo o manejo florestal e construindo referências para a definição de políticas públicas voltadas à conservação dos recursos florestais na Amazônia. Estas iniciativas pioneiras vem se articulando nas Oficinas de Manejo Florestal Comunitário que, realizadas anualmente, constituem-se no principal fórum de discussão e promoção do Manejo Florestal Comunitário na Amazônia.

Com a participação de associações e cooperativas de produtores, movimento sindical dos trabalhadores rurais, entidades de representação e apoio, Governo, institutos de pesquisa e agências de financiamento, estas Oficinas vêm propiciando a elaboração de estratégias e pautando ações comuns que resultaram em iniciativas concretas para viabilizar o manejo florestal comunitário. A atual legislação, a implementação de linha de crédito de custeio, a abertura de mercado e a elaboração de referenciais técnicos para o manejo, apresentam-se como as principais conquistas deste processo e constituem-se, hoje, em instrumentos importantes de promoção do manejo florestal comunitário.

Neste momento em que o Governo brasileiro tem identificado o manejo florestal comunitário como proposta para conter o desmatamento e promover a conservação das florestas naturais, a experiência em consolidação das 12 (doze) iniciativas pioneiras existentes em todos os estados da Amazônia torna-se fundamental.

Reunidos no município de Gurupá (PA) entre 26 e 31 de agosto de 2001 durante a 5ª. Oficina de Manejo Florestal Comunitário, estas iniciativas chamam a atenção para os principais desafios na implementação de um programa governamental de promoção do manejo florestal comunitário, que deverão:

- atender as demandas de organização da base produtiva das comunidades rurais, fortalecendo as suas atividades tradicionais (o multi-uso dos recursos florestais e os produtos florestais como parte de seu sistema de produção);
- garantir a regularização da terra segundo a ocupação tradicional das comunidades rurais;
- garantir a assistência técnica gratuita para a elaboração, implantação e monitoramento dos Planos de Manejo Florestal Comunitário;
- garantir a assistência jurídica gratuita para a regularização fundiária e demais procedimentos jurídico-administrativos necessários para a legalização dos Planos de Manejo Florestal Comunitário;
- garantir a capacitação das comunidades rurais e suas entidades representativas para a gestão e o manejo dos recursos naturais de seus territórios;

- garantir que o Ibama crie estrutura e mecanismos específicos para a promoção do Manejo Florestal Comunitário (Núcleos Regionais), tendo em vista o seu caráter sócio-ambiental; dar um tratamento diferenciado ao Manejo Florestal Comunitário, agilizando a sua tramitação e atuando de forma educativa;
- garantir a participação das organizações representativas dos trabalhadores rurais (sindicatos e federações) na elaboração e fiscalização de normas e legislação específica do Manejo Florestal Comunitário;
- garantir a representação destas iniciativas pioneiras na gestão de programas governamentais de promoção do Manejo Florestal Comunitário.

Gurupá (PA), 31 de agosto de 2001

Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – FASE
Oficina Escola de Lutheria da Amazônia
Instituto Socioambiental – ISA
Instituto Homem e Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON
Instituto de Certificação Florestal e Agrícola – IMAFLORA
Centro de Trabalhadores da Amazônia – CTA
Ação Ecológica Guaporé - ECOPORE
Laboratório Sócio Agrônômico do Tocantins – LASAT
Amigos da Terra – Programa Amazônia
Instituto Internacional de Educação do Brasil
WWF
Instituto Mamirauá
Organização dos Seringueiros da Amazônia – OSR
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gurupá
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itupiranga
Associação Bep Noi de Defesa dos Direitos do Povo Xikrin do Catete
Associação dos Seringueiros de Porto Dias
Grupo de Mulheres da Comunidade São Domingos – Santarém